

Giordanno Palla Kenicke

**ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE  
PRODUÇÃO: A EXPERIÊNCIA DOS FUMICULTORES DO ALTO VALE DO RIO  
TIJUCAS**

Florianópolis

2018

Giordanno Palla Kenicke

**ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE  
PRODUÇÃO: A EXPERIÊNCIA DOS FUMICULTORES DO ALTO VALE DO RIO  
TIJUCAS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao  
Programa de Graduação da Universidade  
Federal de Santa Catarina para obtenção do  
grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva

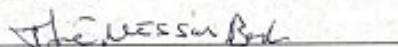
Florianópolis  
2018

**Giordanno Palla Kenicke**

**Aspectos geográficos da organização dos sistemas de produção: a experiência dos  
fumicultores do alto vale do Rio Tijucas.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de  
"Bacharel em Geografia" pela Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada em sua  
forma final pelo Programa de Graduação em Geografia.

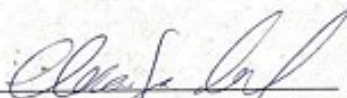
Florianópolis, 01 de março de 2018.



Prof. Dr. José Messias Bastos

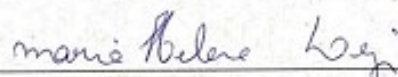
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**



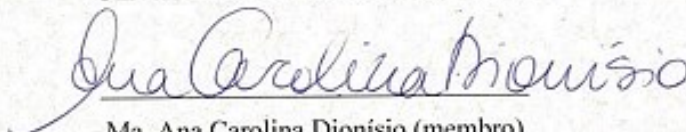
Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva (orientador)

Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Dra. Maria Helena Lenzi (membro)

Universidade Federal de Santa Catarina



Ma. Ana Carolina Dionísio (membro)

Universidade Federal de Santa Catarina

## AGRADECIMENTOS

A finalização da graduação sempre será um momento de agradecer. Foram muitos obstáculos, mas com todo o apoio que tive durante todos os anos, esse momento chegou.

Agradeço aos colegas da graduação, aos amigos que fiz e vou levar pra vida toda, em especial o eterno Tiago Dal’Jovem, pessoa ímpar e que até hoje me ensina muito, quem teve o privilégio de conhece-lo sabe do que estou falando.

As oportunidades que tive, saídas de campo, vivências empíricas que não só ajudaram na elaboração desse trabalho, mas me ensinaram que é essencial ver as coisas de múltiplos pontos de vista.

Agradeço a minha mãe e meu pai (Sandra e Roberto) que me deram todo o suporte necessário, desde o vestibular, a mudança pra Florianópolis e acreditando no meu potencial, me incentivando a estudar o que me identifico, sem eles essa realização não teria sido possível.

Agradeço à Universidade pela estrutura e qualidade reconhecida em âmbito internacional, ao restaurante universitário (RU) que tanto me manteve nutrido para as atividades acadêmicas: sentirei saudades! À todos os professores que tive a oportunidade de ser aluno e me ajudaram em minha formação, em especial ao meu orientador Clécio, pela oportunidade de participar em projeto de extensão que me levou ao interesse maior pelo assunto do presente trabalho. Não podia deixar de mencionar a equipe do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) - Marina, Gisa, Francys e Charles “Bagé” - pela oportunidade de trabalhar em conjunto, as caronas à área de estudo, pelas conversas, ideias... tudo isso somado à amizade construída fez dessa experiência algo único e que vou levar pra vida toda.

Um agradecimento especial à minha tão querida e amada companheira, Débora, que esteve comigo durante toda a graduação, me ajudando, me incentivando, sendo paciente e alegrando meus dias com seu sorriso e presença. Amo você!

*“Eu não quero paz,  
Eu preciso de direitos iguais e justiça,  
Eu preciso alcançar,  
direitos iguais e justiça...”  
(Peter Tosh – Equal Rights)*

## RESUMO

No âmbito nacional, a fumicultura é uma das monoculturas que, com o estímulo ao uso de agrotóxicos ocasionados pela Revolução Verde, tomou grandes proporções. Há alguns anos o país ocupa a primeira posição como maior exportador do tabaco no mundo. O presente trabalho traz um pequeno histórico da fumicultura no país e mais detalhadamente na região do Alto Vale do Rio Tijucas em Santa Catarina, contendo informações importantes sobre a vida dos fumicultores nas cidades de Major Gercino, Nova Trento e Leoberto Leal. Veremos como o hábito de fumar já foi considerado comum e mais socialmente aceitável do que é hoje em dia, devido às políticas anti-fumo ocasionadas pela divulgação de estudos internacionais que comprovam seus malefícios, inclusive nos fumantes passivos. A organização do espaço e a consequente mudança no habitat rural da região é reflexo da mudança do Complexo Rural para a implantação dos complexos agroindustriais (CAIs), que possibilitou a expansão do cultivo de fumo nos pós-década de 80 impondo nova lógica aos processos produtivos e por consequência intensificando as relações de produção. A adesão dos fumicultores ao Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) e seu consequente “vício” em continuar nessa cultura é debatido durante todo o estudo, assim como seus problemas e as possíveis alternativas que a agricultura familiar tem para diversificar a sua produção. Deste modo, a agroecologia é um viés que vem incentivando e apresentando opções para os fumicultores que querem alterar seu sistema de produção, de maneira que mantenham ou aumentem a sua margem de lucro, mas abandonando a produção de tabaco. O dever do Estado em ser o mediador é de suma importância para que a mudança ocorra de maneira eficaz, seja com a continuidade da promoção das políticas anti-fumo, seja com políticas públicas para que o fumicultor faça uma transição sadia para outras culturas.

**Palavras-chave:** Complexo Rural, Complexo Agroindustrial, Diversificação, Fumicultura, Políticas Públicas, Sistema Integrado.

## ABSTRACT

In the national scope, the tobacco farming is one of the cultivations that, with the stimulation to the use of chemical pesticides caused by Green Revolution, great ratios took. It has some years the country occupies the first position as bigger exporter of the tobacco in the world. The present work more at great length brings a small description of the tobacco farmers in the country and in the region of the “Alto Vale do Rio Tijucas” in state of Santa Catarina, contends important information on the life of the tobacco farmers in the cities of Major Gercino, Nova Trento and Leoberto Leal. This study show us that the habit to smoke was considered common and more socially acceptable than what it is nowadays, due to the anti-smoking politics that occurred by the spreading of international studies that prove its malfunctions, even in the passive smokers. The space organization and the consequent change in the agricultural habitat of the region are reflected in the change of the Agricultural Complex for the implantation of the Agro-Industrial Complexes , which made possible the expansion of the tobacco farming culture in the after-decade of 80 imposing new logic to the productive processes and the consequently intensification of the production relations. The adhesion of the tobacco farmers to the Integrated System of Production of Tabaco (ISPT) and its consequent “addiction” in continuing in this farming culture is debated during all the study, as well as its problems and the possible alternatives that familiar agriculture has to diversify its production. In this way, the agroecology is a bias that comes stimulating and presenting options for the tobacco farmers that want to modify its system of production, thus, they keep or they increase its edge of profit, but abandoning the tobacco production. The duty of the State to be the mediator is of utmost importance so that the efficient change occurs. Either with the continuity of the promotion of the anti-smoking politics, either with public politics so that the tobacco farmer thus makes a healthy transition for other farming cultures.

**Key Words:** Agricultural Complex, Agro-Industrial Complex, Diversification, Integrated System, Public Politics, Tobacco Farming.

## LISTA ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brasão Imperial de 1822.....	11
Fotografia 2 – Lavoura de tabaco na fase inicial.....	13
Fotografia 3 – Lavoura de tabaco na fase inicial.....	15
Fotografia 4 – Plantação de fumo em meio à Floresta Ombrófila Densa.....	16
Figura 5 – Mapa de localização da Área de Estudo.....	18
Fotografia 6 – Floresta Ombrófila Densa.....	20
Fotografia 7 – Floresta Ombrófila Densa.....	21
Fotografia 8 – Floresta Ombrófila Densa.....	22
Fotografia 9 – Colônia Italiana em Santa Catarina, ano desconhecido.....	24
Fotografia 10 – Plantação de Tabaco Virgínia no Rio Veado.....	28
Figura 11 – Mapa temático elaborado pelo autor à partir da captação de pontos GPS...32	
Fotografia 12 – Agrotóxicos armazenados ao ar livre.....	34
Fotografia 13 – Agrotóxicos armazenados ao ar livre.....	35
Fotografia 14 – Lenha utilizada para estufa.....	37
Fotografia 15 – Lenha utilizada para estufa.....	38
Quadro 16 –Fumo, produtos das lavouras temporárias.....	41
Fotografia 17 – CEPAGRO – Feira Agroecológica.....	43
Figura 18 – Mapa de propriedade em que houve a transição agroecológica.....	45



## LISTA ABREVIACOES E SIGLAS

AFUBRA	Associação de Fumicultores do Brasil
APP	rea de Preservação Permanente
BAT	British American Tobacco
CAIs	Complexos Agroindustriais
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CEASA	Centros Estaduais de Abastecimento
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CNCT	Comissão Nacional para o Controle do Tabaco
CQCT	Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco
DESER	Departamento de Estudos Socio-econmicos Rurais
DFVT	Doença da Folha Verde do Tabaco
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FETAESC	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
GCN	Departamento de Geociências
GPS	Global Positioning System
GPVoisin	Grupo de Pastoreiro Voisin
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA	Instituto Nacional do Câncer
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
LabRural	Laboratório de Estudos do Espaço Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NPK	Nitrogênio, Fósforo e Potássio
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RU	Restaurante Universitário
SIPT	Sistema Integrado de Produção do Tabaco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1.	APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA.....	9
1.2	PEQUENO HISTÓRICO DA FUMICULTURA NO BRASIL .....	10
1.3	OBJETIVOS .....	16
1.4	METOLOGIA.....	17
1.5	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS .....	18
1.6	CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO .....	18
<b>2</b>	<b>A OCUPAÇÃO NO ALTO VALE DO RIO TIJUCAS</b> .....	23
2.1	AS COLÔNIAS NO ALTO VALE DO RIO TIJUCAS .....	23
2.2	A MODERNIZAÇÃO E SUAS INFLUÊNCIAS .....	25
<b>3</b>	<b>TRANSFORMAÇÕES NO HABITAT RURAL NO ALTO VALE DO RIO TIJUCAS</b> .....	30
3.1	A ADOÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DA PRODUÇÃO DO TABACO (SIPT).....	30
3.2	CONSEQUÊNCIAS SOBRE O USO DOS RECURSOS NATURAIS.....	36
<b>4</b>	<b>O DESAFIO DA BUSCA DE ALTERNATIVAS</b> .....	41
4.1	A CONVENÇÃO QUADRO E O COMBATE AO TABAGISMO .....	41
4.2	DIVERSIFICAÇÃO PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR.....	43
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	48
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	50

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA

O presente estudo é fruto de vivências e pesquisas realizadas de setembro de 2015 a dezembro de 2016 com o auxílio do projeto de extensão/pró-bolsas “Diagnóstico de uso e planejamento ambiental de propriedades agrícolas familiares no Alto Vale do Rio Tijucas – Fase I (2015) e II (2016)”. Este projeto teve participação do CEPAGRO, localizado no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA - UFSC), e do Laboratório de Estudos do Espaço Rural (LabRural), vinculado ao Departamento de Geociências (GCN), onde o LabRural auxiliou na produção de mapas de propriedades da região, na ocasião, as cidades de Major Gercino, Nova Trento e Leoberto Leal. Os mapas foram elaborados a partir de pontos *global positioning system* (GPS) capturados *in loco*<sup>1</sup>, percorrendo as extremas a propriedade com os agricultores. No decorrer deste período, entre as propriedades, foi notória a presença de um tipo de cultivo – o tabaco – presente em grande parte das propriedades, sendo assim, o objetivo geral desse estudo consiste em analisar a organização do sistema de cultivo do tabaco na região, onde o uso intensivo de agrotóxicos é comum, pois a folha do tabaco necessita de grandes dosagens (e a indústria exige em contrato) para que consiga se desenvolver até a sua fase de colheita.

Buscarei contribuir nas questões históricas, trazendo fatos relatados através de conversas com as famílias onde o discurso recorrente - “tabaco vende” – é visto como uma certeza de renda e também uma atividade cultural familiar, acabam por tender a continuar nesse tipo de plantio. Apesar de hoje conseguirem perceber os malefícios causados e conhecerem novas maneiras e possibilidades de mudança, a dificuldade em abandonar velhos hábitos e a falta de políticas públicas também são problemáticas abordadas nesse trabalho.

No âmbito pessoal, o interesse pela Geografia Rural e o trabalho de campo foi adquirido ao longo da graduação, mas o aprofundamento na questão da fumicultura, em que o agricultor familiar é inserido em todo o complexo percurso de sua industrialização – desde o plantio até o consumidor final (fumante) – surgiu como uma vontade de saber mais quanto a um assunto debatido há décadas, mas ainda tão atual. O fato de ter amigos e familiares consumidores do cigarro industrializado também incentivou a saber mais sobre o processo.

---

<sup>1</sup> No próprio local.

Para a academia, é um recorte de dados interessante pois mostra a realidade de famílias agricultoras em uma determinada região, com especificidades que mudam em cada propriedade, propiciando informações diferentes mas que derivam de um só motivo: a monocultura do tabaco.

Quanto ao valor para a sociedade, o trabalho enriquece o debate quanto à indústria e o sistema integrado de produção, o que pode auxiliar estudos futuros sobre o fumo, seja na área econômica, geográfica, agrária e sobretudo de saúde, visto que essa indústria só existe pois o hábito de fumar ainda é um problema mundial e que, infelizmente, parece longe de acabar.

## 1.2 PEQUENO HISTÓRICO DA FUMICULTURA NO BRASIL

Ao falarmos da fumicultura, é indispensável o resgate histórico do uso e produção do tabaco no país. Sobre a origem e significado da palavra “tabaco”, Etges (1991, p. 40) orienta que:

Os historiadores que trataram a temática da ocupação e colonização do Brasil salientam que a origem do nome tabaco está atrelada a uma pequena ilha do Caribe de nome Tobago. Cristovão Colombo chegou a Tobago em 1498 e seis anos antes ao atual Haiti, encontrando a palavra entre os índios Arawak. Outros destacam que o tabaco já era conhecido na Ásia desde o século IX, tendo origem na palavra árabe ‘tabbâq’, que designava determinadas plantas fumadas em cachimbo. (apud DUTRA e HILSINGER 2013, p.20).

Os primeiros registros de seu uso apontam para antes de 1500, sendo usado por indígenas em rituais em suas tribos. E quanto à forma de obtenção do fumo nesse período, (Etges, 1991, p. complementa:

Durante os três primeiros quartos do século XVI, os colonos portugueses obtiveram o fumo dos índios através de um sistema de trocas, entretanto, com os inúmeros confrontos entre índios e portugueses, os colonizadores passaram a cultivá-lo, tendo em vista o florescente comércio. (apud DUTRA; HILSINGER (2013, p.20).

Já por volta nos anos de 1630-45, durante a ocupação holandesa em Pernambuco, o fumo produzido teve papel importante na carteira de produtos oferecidos pela Companhia das Índias Ocidentais.

Em 1656 foi criada a “Junta do Tabaco”, que funcionou até 1833, com a função de evitar o contrabando do produto. Pouco tempo depois, em 1674, foi estabelecido o monopólio português do tabaco, dando início à uma tributação pesada sobre o fumo, e no mesmo ano foi

criada uma lei que obrigava todas as pessoas que possuíssem tabaco, em rolo ou em pó, a manifestar a sua existência, passível de multa.

No ano de 1822 a planta do tabaco, juntamente com a do café, passa a fazer parte do brasão brasileiro, ainda no período imperial, o que nos dá a ideia da importância da fumicultura como produto de venda e troca no Brasil colonial. Por volta de 1850, o fumo baiano passou a ser o principal gênero de comércio no escambo de escravos com a África, chegando a representar 30% das exportações de fumo.

Figura 1 – Brasão Imperial de 1822. Folha do tabaco à esquerda, café à direita.



Fonte: Círculo Monárquico. Acesso em: outubro 2017.

Em 1903 foi então criada a empresa Souza Cruz, e é nesse período até cerca de 1930 que ocorreu a concentração espacial, agrícola e industrial no país, e o fumo começou a ser cultivado também em Minas Gerais, Goiás, São Paulo, e sobretudo no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (influenciados pela mudança de investimento por parte da indústria), com a chegada dos imigrantes europeus, impulsionados pela recente Lei Áurea de 1888. É também nesse período, mais precisamente em 1918 que a British American Tobacco (BAT), que comprou a Souza Cruz no Brasil, cria o chamado “sistema integrado de produção de fumo”, que viria a ser utilizado até os tempos atuais.

A partir do século XIX, sobretudo, após as duas grandes guerras mundiais, o consumo de cigarros, associado à difusão dos hábitos culturais urbanos, acabou por se expandir rapidamente pelo mundo. Desde então, o crescimento do mercado mundial de tabaco se fez acompanhado também de uma progressiva ampliação dos níveis de produtividade das lavouras de tabaco e da produção industrial de cigarros.

A partir da década de 1980, o aumento do consumo do cigarro e a comprovação de sua associação com inúmeras doenças e malefícios à saúde humana resultaram na promoção, em distintos países, de inúmeras campanhas e políticas públicas de combate ao tabagismo.

Todavia, tais ações não conseguiram impedir o crescimento do comércio do tabaco em folha e do cigarro no mercado mundial, revelando a força econômica e habilidade política das corporações multinacionais tabaqueiras em suas relações com os governos nacionais e locais, e a diversa e complexa gama de estratégias econômicas e espaciais por elas utilizadas em seus processos de acumulação e de reprodução do capital. (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Para se ter uma idéia de como o tabagismo já foi tratado como hábito comum segundo o site da Souza Cruz, foram lançados festivais musicais como “Hollywood Rock” (1975, 1988, 1996) e “Free Jazz Festival” (em 1985 a primeira edição, 17 no total) mostrando a normalidade em que o tabaco era tratado no país, e a força que a indústria fumageira exercia em diversas áreas, impactando a economia das mais variadas maneiras, sobretudo com o apoio político e de incentivo fiscal.

Em 1986, a Lei Federal 7.488 estabeleceu o “Dia Nacional de combate ao Fumo”, como primeira ação visando combater o tabagismo, acompanhando resultados de estudos mundiais. Em 1999 o Governo cria a Comissão Nacional para o Controle do Tabaco (CNCT). Com o crescente movimento mundial anti-fumo na virada do milênio, em 2000 a Lei Federal 10.167 proíbe a propaganda de cigarro em meios de comunicação, e no ano seguinte todos os fabricantes de cigarro no país são obrigados a inserirem advertências sanitárias em 100% de uma das faces dos maços de cigarros, considerado à época como um grande avanço para a conscientização das pessoas sobre os malefícios de seu uso.

Em sua tese de doutorado, Silveira (2007) mostra aponta algumas estratégias:

“Ao longo da década de 1990 e no presente, a dinâmica de expansão do mercado de tabaco, bem como dos negócios das corporações multinacionais fabricantes de cigarro e processadoras de tabaco no mercado internacional, tem sido intensificada através da promoção de novos investimentos estrangeiros diretos (IED), por exemplo adquirindo pequenas e/ou tradicionais empresas com dificuldades financeiras, proporcionando a junção com a indústria de porte internacional.” (SILVEIRA, 2007, p. 382).

“Esse movimento tem possibilitado às empresas a criação de novas filiais, valorizando a localização dos novos empreendimentos próximos às zonas produtoras de tabaco, além de aproveitar a proximidade ou as condições de acesso aos grandes centros de consumidores”, completa Silveira (2007). E assim finaliza sobre as vantagens desse tipo de articulação:

“É preciso também destacar as “vantagens próprias” que as grandes corporações multinacionais acabam criando com a formação e a organização do funcionamento do

mercado interno do grupo multinacional, a exemplo as relações entre a empresa matriz e as suas empresas subsidiárias, obtendo rendimentos expressivos com a outorga e intercâmbio cruzado de suas patentes e licenças.” (CHESNAIS, 1996 apud SILVEIRA, 2007, p. 382)

A seguir a foto 2 traz uma propriedade recém plantada com as sementes do tabaco:

Fotografia 2 – Lavoura de tabaco na fase inicial.



Fonte: Foto do autor, julho 2016.

Segundo A Revista Tabaco do Departamento de Estudos Socio-Econômicos Rurais (DESER) de 2010, elaborada por Bonato, Zotti e Angelis, o Brasil lidera as exportações mundiais desde 1995 e é o segundo maior produtor mundial, sendo os estados do sul responsáveis por cerca de 96% da produção nacional e, segundo a Associação de Fumicultores do Brasil (AFUBRA), a atividade envolvia em 2010 aproximadamente 159.595 famílias na produção agrícola. (BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010).

No geral, o perfil dos fumicultores brasileiros é assim descrito:

Grande parte do fumo produzido aqui (Brasil) é oriunda do cultivo realizado pelas mãos de agricultores familiares da região Sul, proprietários ou não de terras, com uso intensivo de mão de obra e nível baixo de mecanização, em sistemas de integração de empresas fumageiras, que negociam os preços a serem pagos somente no fim da safra, de acordo com a classificação feita na hora da venda. (BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010, p.31)

Os autores ainda explicam que a cadeia produtiva é organizada pelo SIPT, pioneiro no Brasil e no mundo, no qual o produtor e a empresa firmam seus deveres e obrigações num contrato<sup>2</sup>.

O Sistema Integrado da Produção do Tabaco foi criado em 1908 e desde então articula e gerencia toda a cadeia de produção de cigarros, desde o plantio até a industrialização da folha em cigarro em sua fase final. Esse processo é estabelecido por via de um contrato assinado previamente entre agricultor e indústria, onde são estabelecidos prazos, estimativas e deveres que devem ser cumpridos, tanto pela indústria fumageira e quando pelo agricultor contratado. O contrato prevê quantidade de insumos a serem utilizados, assistência técnica da indústria, e além de tudo, a compra garantida no final da safra.

O cultivo de tabaco já era registrado nos primeiros relatórios das colônias de imigrantes no Sul do país, especialmente em Santa Catarina e em toda a sua extensão, seja no oeste (colônias alemãs) ou em outros polo como no Alto Vale do Rio Tijucas (italianos e poloneses). O trabalho agrícola familiar sempre teve ligação muito próxima com o cultivo do tabaco, e “apesar da produção ser voltada para a exportação, não se enquadrava no sistema de *plantation*” (DIONÍSIO, 2016, p. 43), já que não se produzia em latifúndios com mão de obra escrava, mas sim em lotes menores cultivados pelas famílias com poucos escravos<sup>3</sup>.

Na foto 3, abaixo, temos uma típica imagem de lavoura no Alto Vale: terrenos acidentados, montanhosos, o que dificulta o trabalho com maquinário pesado, prevalecendo o trabalho manual.

A imagem abaixo traz um retrato do cultivo de tabaco na região: terrenos montanhosos, entre mata nativa:

---

<sup>2</sup> Este sistema representou por muitas décadas, até o advento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a única oportunidade de acesso a crédito financeiro e mercado para muitas famílias rurais, principalmente aqueles que viviam e ainda vivem em regiões isoladas, como as comunidades do presente estudo.

<sup>3</sup> Lopes, op. cit.



Fotografia 3 – Lavoura de tabaco na fase inicial.



Fonte: Foto do autor, julho 2016.

A noção de que o fumo era financeiramente mais rentável do que outros cultivos emerge na documentação sobre a agricultura em Santa Catarina desde o século XIX. Enquanto o Alto Vale do Rio Tijucas recebeu a colonização europeia massiva somente a partir 1875 em Nova Trento, 1890 nas comunidades do Pinheiral e Nova Galícia, e 1910 no distrito de Vargedo (futura Leoberto Leal), em outras regiões do estado, como o Vale do Itajaí, o tabaco já era cultivado e beneficiado por colonos alemães e italianos em quantidade significativa pelo menos desde os anos 1850 (Lei Eusébio de Queirós – proibição do tráfico de escravos).

No início do século XX houve um deslocamento do eixo produtivo da cadeia da tabaco, do nordeste do país para o sul, onde as multinacionais centraram seus esforços.

A foto 4, abaixo, ilustra o plantio do tabaco em sua fase inicial, à época com cerca de 45 dias após o plantio das mudas.

Fotografia 4 – Plantação de fumo em meio à Floresta Ombrófila Densa.



Fonte: Foto do autor, novembro 2016.

### 1.3 OBJETIVOS

A problemática dos sistemas integrados é criticada pois tira o poder de ação dos agricultores, transformados em meros coadjuvantes desse sistema em que o lucro maior é apenas da indústria.

Na obra “A natureza do espaço”, ao falar sobre sistemas técnicos, Humbert (1991) lembra que onde esses sistemas conseguem se implantar, eles o fazem como sistemas integrados:

Há, em toda parte, sistemas integrados não-flexíveis e sistemas autônomos flexíveis. Os sistemas integrados são representativos dos sistemas econômicos hegemônicos e buscam instalar-se em toda parte, desalojando os sistemas autônomos, ou buscando inclui-los em sua lógica, segundo diferentes graus de dependência. (Apud Santos (1996, p. 117)

Sendo assim, os sistemas integrados, nesse caso o da indústria de cigarros, são objeto de debate e percorrem toda a pesquisa, uma vez que são grandes influenciadores do “vício” do plantio do tabaco.

O objetivo geral desse estudo consiste em analisar a organização do sistema de cultivo do tabaco na região, sendo que os objetivos específicos são: apresentar aspectos da formação

do habitat rural relacionados à cultura do tabaco; identificar, expor e pontuar os problemas do sistema integrado de produção com a indústria fumageira, avaliar a busca de alternativas de produção menos agressivas à saúde humana e ao meio ambiente, considerando a especificidade de cada propriedade.

#### 1.4 METOLOGIA

Para a realização de uma pesquisa científica parte-se do princípio que para se obter informações contundentes sobre determinado assunto é necessário “beber” de mais de uma fonte, ou seja, foram utilizadas diferentes fontes de conhecimento e pesquisa, sendo elas; documental, bibliográfica e empírica.

Contando com a vivência de trabalhos de campo realizados entre 2015-2017, o autor por diversas vezes pode presenciar o cotidiano, conversar com agricultores e auxiliar na confecção de mapas de algumas propriedades, enriquecendo as informações e o banco de dados para esta pesquisa, que visa ser uma contribuição geográfica-analítica para compreendermos o “vício” no plantio do tabaco, situação comum nas pequenas propriedades no sul do Brasil, neste caso, no Alto Vale do Rio Tijucas.

Em novembro de 2017, viabilizou-se a realização de uma pesquisa de campo de cunho qualitativa (2 entrevistas) e quantitativa (5 famílias) na comunidade do Rio Veado (Nova Trento/Leoberto leal), onde todas as famílias são fumicultoras e esse trabalho já vem, em grande parte, de gerações. Todas essas pesquisas e trabalhos auxiliaram não somente na elaboração do presente estudo, seja com fotos, tabelas e dados, mas em ter uma visão mais contundente sobre toda essa problemática, com o privilégio de ter o contato pessoal com esses trabalhadores rurais, pessoas simples que vivem do campo e para o campo.

Por este motivo, nomes e localizações exatas não serão divulgadas, a fim de que as contribuições feitas sejam usadas apenas para cunho informativo e de pesquisa acadêmica, não comprometendo o cotidiano dos agricultores.

## 1.5 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS

Figura 5 – Mapa de localização da Área de Estudo.



Fonte: IBGE, elaborado pelo autor.

## 1.6 CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

A geologia do Alto Vale do Rio Tijucas é constituída por três grandes grupos de rochas, e segundo nos mostra ROCHA e MARIMON<sup>4</sup>; “são caracterizados basicamente por: Grupo Brusque; Grupo Itararé e pelas Formações Rio Bonito, Irati, Palermo; Complexo Águas Mornas”. Segundo dados da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (2008), as rochas ígneas e metamórficas presentes são as mesmas que constituem as serras que praticamente acompanham todo o litoral catarinense. Esse grupo de rochas (quartzo, feldspato, mica e piroxênio) formam o relevo acidentado e muitas vezes de difícil acesso que caracteriza grande parte da área de estudo.

<sup>4</sup> Organizadoras do Diagnóstico Sócioambiental do Alto Vale do Rio Tijucas, 2012, p.8

Em Santa Catarina, o clima se dá por conta de sua variação sazonal, proporcionando estações bem definidas no verão e inverno, e nas estações de transição, outono e primavera, mesclam características das duas outras estações. As chuvas costumam ser bem distribuídas, mas há diferenças significativas entre as regiões. Nas zonas mais elevadas do planalto norte, o verão é fresco e o inverno, frio. Já na região litorânea (devido à baixa altitude) e no oeste (continentalidade), o verão é mais intenso e prolongado.

Quanto à geomorfologia da área, o Alto Vale do Rio Tijucas é caracterizado pela presença de três unidades geomorfológicas: Serras do Leste Catarinense, Patamares do Alto Rio Itajaí e Planície Fluvial. Quanto ao embasamento cristalino, há predominância de morros em formato “V”, próximo às nascentes. Já nos cursos médios do rio prevalece os vales com fundo plano entre os morros.

Seguindo esse raciocínio, o habitat rural no Alto Vale do Rio Tijucas é claramente “ordenado”, já que a divisão territorial se dá ao longo do rio Tijucas, e as divisões das propriedades são feitas a partir dos leitos dos rios adjacentes. Tal característica é a mais comum no país, mas esse tipo de divisão é a mais encontrada na região sul, onde as terras foram divididas previamente para a migração europeia.

Essas características geológicas e geomorfológicas colaboram para a problemática enfrentada pelas famílias, ao considerarmos que o relevo acidentado e montanhoso dificulta o acesso, principalmente em dias/períodos chuvosos, o que também reforça a dificuldade de escoamento de produção no caso de outros tipos de cultivo como verduras e leguminosas.

Quanto às características naturais: “A bacia hidrográfica do Rio Tijucas possui área de aproximadamente 3.015 km<sup>2</sup> e um perímetro de 447 km, e está localizada entre as coordenadas geográficas de Longitude Oeste 49°19’43 “e 48°27’42”, Latitude Sul 27°46’36 “e 27°02’35”.” (ROCHA; MARIMON, 2011, p. 23)

A região do Alto Vale do Rio Tijucas é formada pelos municípios de Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento e Rancho Queimado, cujas altitudes atingem até 1.200 metros acima do nível do mar, e a característica predominante é o ambiente rural. A estrutura fundiária é formada por pequenas e médias propriedades e a renda advém basicamente da agricultura e do turismo rural, este que vem crescendo significativamente nos últimos anos.



Nessa região também se encontram fragmentos florestais, inclusive remanescentes de Florestas de Araucárias. O diagnóstico realizado pelo Comitê de Bacias do Rio Tijucas<sup>5</sup> apontou problemas como os desmatamentos e florestamentos homogêneos com espécies exóticas, principalmente o *Pinus* e em muitos casos, inclusive, o desmatamento de vegetação nativa para o plantio desta espécie, que são utilizadas em larga escala nas estufas de secagem das folhas de tabaco.

Outra constatação é a exploração imobiliária visando à implantação de condomínios rurais, hotéis e pousadas, do tipo hotel-fazenda. Tais empreendimentos na maioria das vezes fazem uso inadequado dos recursos naturais, como desvio de cursos d'água, supressão da vegetação de Área de Preservação Permanente (APP), poluição dos rios devido à falta de saneamento básico, entre outros.

Podemos observar na foto 6, abaixo, a Floresta Ombrófila Densa vista de dentro, quando o autor percorreu algumas propriedades dos agricultores.

Fotografia 6 – Floresta Ombrófila Densa.



Fonte: Foto do autor, julho 2016.

---

<sup>5</sup> **Diagnóstico socioambiental do alto vale do Rio Tijucas (Santa Catarina):** algumas proposições de planejamento. Florianópolis: Editora da Udesc, 2011. 111 p.

Na região do Alto Vale do Rio Tijucas encontram-se as formações de Floresta Ombrófila Densa. A Floresta Ombrófila Densa, que faz parte do bioma Mata Atlântica, é descrita e caracterizada como:

Uma estruturação bastante dependente das grandes árvores que formam o estrato superior da floresta, o das macrofanerófitas. Sob este primeiro estrato, árvores menores formam o estrato médio, ou mesofanerófitas. Ainda um terceiro estrato arbóreo pode ser identificado, formado pelas nanofanerófitas. De forma esparsa e irregularmente ocupando o quarto estrato, estão ervas características do interior da floresta. (KLEIN, 1978; 1986 apud ROCHA; MARIMON, 2011, p. 36)

A seguir temos duas imagens da Floresta Ombrófila Densa, com sua particularidade de estar sempre com tons de verde bem destacados:

Fotografia 7 – Floresta Ombrófila Densa.



Fonte: Foto do autor, setembro 2016.



Fotografia 8 – Floresta Ombrófila Densa.



Fonte: Foto do autor, novembro 2016.

Possui características tropicais, mesmo estando em zona extratropical. Sendo assim, “possuem alto grau de endemismo, estando diretamente ligados à complexidade dos ecossistemas existentes. De forma geral, as características que determinam essa formação florestal são a ausência de um período seco, temperaturas médias acima de 15° C e alta umidade”. (LEITE & KLEIN, 1990 apud ROCHA; MARIMON, 2011, p.37)



## 2 A OCUPAÇÃO NO ALTO VALE DO RIO TIJUCAS

### 2.1 AS COLÔNIAS NO ALTO VALE DO RIO TIJUCAS

Ao falarmos de Alto Vale do Rio Tijucas, no presente estudo, falamos mais precisamente da região de três municípios, são eles: Nova Trento, Major Gercino e Leoberto Leal. A região em questão foi altamente povoada por imigrantes, que em busca de melhores condições de vida, embarcaram rumo à Santa Catarina com a promessa de terras boas e férteis. O governo brasileiro adota no final do século XIX, uma diretriz imigratória para atrair mão-de-obra, face à extinção da escravidão negra. Vale ressaltar que os negros libertos ainda continuavam a trabalhar, agora assalariados, mas o país tinha outros planos para as suas terras, e quem deveria cultivá-las.

No livro “Poloneses em Santa Catarina”, Barreto (1983) exemplifica que a maneira de atrair o imigrante ao Brasil foi através do pagamento da passagem pelo governo brasileiro, por intermédio de contratos com companhias de navegação, que se encarregavam do transporte e muitas vezes do recrutamento do imigrante. Tal interesse brasileiro na mão-de-obra estrangeira encontrou grande aceitação para divulgação em países como a Itália e Polônia, dadas as condições político-sociais e econômicas dos mesmos na época

No caso dos imigrantes da Polônia, que na época após a repartição de 1815 estavam referindo-se ao Reino da Polônia, que era de domínio da Rússia, foi constatado, ainda segundo estudos de Barreto (1983) que o maior percentual de imigrantes poloneses do Alto Vale do Rio Tijucas é oriundo da parte sob domínio russo (46,84%) ainda no final do século XIX, seguido de domínio austríaco (22,38%) e então de domínio prussiano (5,60%).

Os imigrantes poloneses não foram introduzidos todos simultaneamente. Primeiramente, um pequeno grupo em Valsugana; a seguir no Pinheiral (antes de 1890), e em fins em Nova Galícia. Todas as regiões citadas são hoje pertencentes ao município de Nova Trento e Major Gercino.

A foto abaixo traz uma colônia de italianos em Santa Catarina, região desconhecida, mas que ilustra como seriam as colônias na época:

Fotografia 9 – Colônia Italiana em Santa Catarina, ano desconhecido.



Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Já no caso dos imigrantes italianos no Alto Vale do Rio Tijucas, que marcam o início das imigrações europeias na região citada, estes foram impulsionados pelas transformações socioeconômicas em curso do norte da península itálica, que afetaram sobretudo a propriedade da terra. Um aspecto peculiar à imigração em massa italiana é que começou a ocorrer pouco após a unificação da Itália (1871), razão pela qual uma identidade nacional desses imigrantes se forjou em grande parte do Brasil.

Estima-se que, entre 1870 e 1970, em torno de 28 milhões de italianos emigraram (aproximadamente a metade da população da Itália). Um grande número de italianos que veio para Santa Catarina era originário de uma região do norte da Itália conhecida como “o Trentino”, que tem seu ponto central na cidade de Trento (surge aí a origem de uma das cidades – Nova Trento). No ano de 1875 teve início o que tem sido chamado de “A grande colonização italiana”, proporcionando condições para que milhares de colonos deixem a Itália e venham para Santa Catarina.

Quanto à fase inicial de ocupação, considera-se que a abundância de terras, a pouca oferta de mão de obra pós escravidão e o clima tropical ou subtropical criaram condições favoráveis para que a grande unidade de exploração se impusesse como forma predominante e quase exclusiva de organização em nosso território, já que não havia demanda interna no país, e a economia baseava-se em exportar matérias primas. No entanto, essas características não inviabilizaram a consolidação da dinâmica produtiva familiar pautada na subsistência com traços das populações tradicionais e/ou arranjos culturais dos imigrantes europeus.

## 2.2 A MODERNIZAÇÃO E SUAS INFLUÊNCIAS

Muitas são as definições de região. Teixeira Neto (2002, p. 03) sobre o tema, considera que:

A região, subespaço integrado a um espaço nacional, é definida pelos laços (homogeneidade, complementaridade) existentes entre seus habitantes e por sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia. Ela é o resultado de uma associação de fatores ativos e passivos de intensidade variável cuja dinâmica própria está na origem dos equilíbrios internos e da projeção espacial. (TEIXEIRA NETO, 2002, pg. 03)

Não é novidade que a diversidade do rural brasileiro se fez com imposição e favorecimento de minorias. A desigualdade da modernização modificou o perfil técnico e econômico da agricultura no país. A modernização gerou gradativamente um desequilíbrio entre as unidades produtivas rurais, deixando as pequenas propriedades e os agricultores familiares à margem deste processo, tendo como consequência o aumento da concentração da renda e da terra e a redução do nível de emprego e da renda dos produtores familiares.

Em sua maioria, no Brasil, a dinâmica da agricultura era basicamente uma economia rural fechada e assentada em bases naturais, com atividades simples e pautadas no tradicionalismo – o Complexo Rural – em que o foco era o abastecimento interno das famílias, com pouco excedente de suas produções. A modernização do pós-guerra (1945) possibilitou a vinda da mecanização e o uso de produtos químicos – fertilizantes e herbicidas – aumentando disponibilidade de excedentes das fazendas, fomentando o surgimento de novas oportunidades de investimento, possibilitando o desenvolvimento de atividades não agrícolas, delegando novas funções à cidades.

Delgado (1985) faz uma reflexão e caracteriza três momentos para a transformação da base técnica agrícola no Brasil, que daria margem para a constituição das CAIs<sup>6</sup>. Para o autor, o primeiro momento seria a elevação dos índices de tratorização e consumo de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK)<sup>7</sup>, estimulado pelo governo e empresas norte-americanas do setor, introduzindo um novo padrão tecnológico para a produção rural, com base na importação de meios de produção e insumos industriais. O segundo momento caracteriza-se pela “industrialização” dos processos de produção rural com a implantação dos setores industriais

---

<sup>6</sup> Complexos Agroindustriais, que segundo MULLER (1989a, p.41) conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação.

<sup>7</sup> Principais três nutrientes usados nos adubos e fertilizantes.

de bens de produção para o setor agropecuário e de insumos básicos para agricultura e o favorecimento financeiro, pelo Estado, para o consumo desses novos insumos industriais.

Enquanto o terceiro momento estabelece um estreitamento das relações entre a agricultura e a indústria. No final dos anos 1950, ocorre a implantação das primeiras indústrias de tratores.

Após 1950, impulsionado pelo processo de ‘industrialização’ da agricultura, o Complexo Rural cedeu lugar aos CAIs, iniciando, assim, a integração das atividades agrícolas à indústria. Esse processo acaba por culminar na intensificação da divisão social do trabalho, ocasionando trocas intersetoriais, a especialização da produção e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno.

Esse período de transformações contínuas na agricultura foi descrito como: “O longo período de decomposição do Complexo Rural inicia-se, pois em 1850 com a Lei de terras e a proibição do tráfico negreiro, terminando em 1955 com a implantação do DI<sup>8</sup> em bases industriais modernas [...]” (KAGEYAMA, et al., 1990, p. 117 apud MESQUITA; MENDES, 2009, p.7)

Esse processo apresentou caráter parcial e discriminador, pois não atingiu todas as fases dos ciclos produtivos e, em função da diversidade regional, apresenta níveis diferenciados entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais.

A integração da agricultura e da indústria não significa que a agricultura se constitui em um ramo industrial, o que torna esse setor uma especificidade do sistema capitalista, uma vez que não permite uma divisão social do trabalho tal como ocorre na indústria. Guimarães (1989, apud Mesquita e Mendes, 2009 p.7), descrevem esse processo como ‘modernização perversa’, pois, o caminho destinado aos estabelecimentos rurais pouco capitalizados seria sua inserção às agroindústrias, o que compromete sua autonomia quanto à própria gestão de suas atividades. Consecutivamente, esses proprietários/produtores são, gradativamente, transformados em assalariados, uma vez que são reduzidos a gerentes do próprio negócio.

O desenvolvimento das forças capitalistas no campo, com a integração do capital financeiro e os grandes latifúndios, distancia ainda mais os pequenos agricultores do foco das políticas públicas. A estrutura montada para servir o agronegócio é incompatível com o desenvolvimento das pequenas propriedades, que acabam se submetendo à dinâmica do agronegócio, ou seja, do Complexo Agroindustrial.

---

<sup>8</sup> Setores industriais de bens de produção para o setor agropecuário.

Com o tempo, a agricultura é gradativamente transformada em um setor de aplicação de investimentos de capitais, representando um amplo mercado consumidor de insumos agrícolas e bens de consumo duráveis e não duráveis da indústria urbana e fornecedora de gêneros alimentícios e matérias-primas.

Em pesquisa de campo realizada no dia 07 de novembro de 2017, numa tarde ensolarada e úmida na região, entre um cigarro artesanal e outro, um senhor muito simpático, de pele enrugada e pés descalços, no auge de seus 89 anos (Agricultor 1), nos conta:

Meu pai foi um dos primeiros imigrantes a chegar aqui, no início de 1900... Ele abriu o mato no braço, só um pedacinho pequeno pra casa e horta. Assim que a família foi crescendo, fomos ajudando ele a abrir mato na enxada, “nóis” era em 14 irmãos... e todo mundo trabalhava na roça desde guri pequeno, hoje em dia não pode mais... (informação verbal)<sup>9</sup>

“Tudo aconteceu muito rápido” conta o Agricultor 1. Alguns hábitos foram mudando com o tempo, como o ato de capinar o terreno na enxada: “Hoje é no remédio (veneno), nem usa mais enxada, tá lá abandonada no barracão... ninguém se preocupa mais em manter o solo capinado, cresceu é só jogar o remédio.” Esse relato reforça como aconteceu gradativamente algumas mudanças no cenário rural da região, alterando as práticas agrícolas.

Essas conversas com os agricultores se assemelham em muitos pontos. Foi rápida a disseminação da informação que o tabaco era altamente rentável, que dava pra plantar em qualquer tamanho de propriedade, independente do relevo... e que ainda havia suporte técnico da indústria.

Na imagem a seguir (foto 10), é apresentado a lavoura de tabaco da espécie Virgínia, ainda faltando alguns meses para a colheita.

---

<sup>9</sup> Informação fornecida em entrevista com Agricultor 1, em novembro de 2017.

Fotografia 10 – Plantação de Tabaco Virgínia no Rio Veado.



Fonte: Foto do autor, novembro 2017.

No caso do Agricultor 1, quando começou a plantar no início de 1980, o lucro certo e o trabalho sempre com base familiar, sem a contratação de funcionários, trouxe uma esperança de futuro para a família: comprou terrenos em volta da sua propriedade suficiente para todos os filhos, construiu casas e a sensação de segurança que é tão almejada. Ele disse que se ainda houvesse terrenos à venda na vizinhança, compraria sem pensar; pois a terra é boa, e é essa a herança que quer deixar aos filhos e netos.

Alguns dados importantes sobre os agricultores fumicultores é a renda bruta mensal, pois ao considerar que a venda da safra é realizada apenas 1 vez no ano, e dividindo esse dinheiro por 12 meses, segundo Bonato, Zotti e Angelis (2010, p.46) “a renda do fumo (valor de venda menos os custos variáveis do fumo) é menor de 2 salários mínimos para 38% das famílias. Fica entre 2 e 4 salários mínimos mensais para 34% das famílias; e é maior que 4 salários mínimos mensais para 28% das famílias.”

Não podemos deixar de destacar a distribuição da renda do setor fumageiro, apresentando dados informados por Bonato, Zotti e Angelis (2010), ao considerar o ano de 2009, houve um faturamento de R\$ 16,9 bilhões, sendo que as exportações foram responsáveis por 87% e o consumo doméstico de cigarros correspondem apenas 13%.

Quem obtém lucro com o fumo são: Governo, indústria, varejo, e o produtor. No mesmo ano (2009) os dados apontam a seguinte distribuição: R\$ 8,4 bilhões (58%) para o governo, a indústria obteve R\$ 1,5 bilhões (9,5%) e o varejo cerca de R\$ 933 bilhões,

enquanto as 222,110 mil famílias fumicultoras ficaram apenas com 6% (R\$ 680 milhões) da margem líquida total, correspondendo à uma renda média de R\$ 3.061,54/família ao ano ou R\$ 255,13/família/mês.

Esse dado extremamente alarmante, se traduzirmos para uma forma simples, ainda segundo os autores:

Significa dizer que de cada carteira contendo vinte cigarros, quinze cigarros vão para os cofres públicos através dos tributos, a indústria fica com dois cigarros, o varejo também com dois, e os fumicultores apenas com um cigarro do maço. Esse exemplo nos mostra a imparcialidade dos lucros, se considerarmos que sem o fumicultor, não há cigarro. (BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010, p.65)

Se analisarmos os quinze cigarros que vão para os cofres públicos, podemos concluir que nessa taxa de tributos, também estão inclusos gastos com a saúde e tratamentos de tabagistas, o que se torna injusto com quem não fuma. Os dados refletem ainda em mais um agravante, a escolaridade. Bonato, Zotti e Angelis e (2010) mostram que dos fumicultores com idades entre 15 e 25 anos, apenas 24,5% tem o segundo grau completo, já os não fumicultores tem 39,3%. A clara diferença entre um fumicultor e um agricultor de outros cultivos é reflexo da necessidade de empregar toda a família para a monocultura do tabaco, afim de melhorar a renda (média R\$ 255,13 por mês, como apontado acima)

### 3 TRANSFORMAÇÕES NO HABITAT RURAL NO ALTO VALE DO RIO TIJUCAS

#### 3.1 A ADOÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DA PRODUÇÃO DO TABACO (SIPT)

A integração dos agricultores ao complexo agroindustrial da fumicultura e a um mercado global de commodities são algumas das características que fazem do tabaco um cultivo moderno, este que representa a expansão rural das relações capitalistas de produção em escala industrial. (LOHN, 2008, p9-17 apud DIONÍSIO, 2016, p. 42)

Em uma visão mais ampla, temos uma rede de processos históricos que contribuíram para que a fumicultura se consolidasse como um monocultivo com características de dependência de insumos químicos, processos “como a Revolução Verde, que desde a sua chegada transformou os padrões de desenvolvimento agrícola em escala internacional, alterando a organização do espaço rural.”<sup>10</sup> (LOHN, 2008)

A chamada ‘Revolução Verde’ teve como principal destaque o lançamento do Programa Agrícola da Fundação Rockefeller no México, em 1943, introduzindo naquele país o pacote tecnológico de insumos químicos, sementes de alto rendimento e mecanização na agricultura. Essa “revolução” aumentou e muito a produtividade de alimentos, mas na mesma proporção, a de desperdício do mesmo, além de não conseguir acabar com a fome mundial (principal promessa dessa “revolução”), pois o acesso à alimentação ainda é caro em inúmeras situações.

No Brasil, uma das principais implicações da Revolução Verde foi o “aumento da importação de produtos químicos, da instalação de indústrias produtoras e formuladoras de agrotóxicos e do estímulo do governo, através do crédito rural, para o consumo de agrotóxicos e fertilizantes” (NODARI, 2012, p.117). Consecutivamente, segundo o INCA (2015) “o Brasil lidera também o ranking mundial de consumo de agrotóxicos desde 2009.”

Em 1918 foi criado o SIPT pela BAT e, aqui no Brasil, a empresa subsidiária Souza Cruz, visando padronizar o modelo de plantio tradicional para que se alcançasse uma qualidade única internacional. Tal sistema de governança recebe duras críticas por dominar

---

<sup>10</sup> LOHN, Reinaldo. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). **Espaço Plural**, Ano IX, nº 18, 1º Semestre 2008, pp. 9-17



todos os elos da cadeia produtiva, praticamente automatizando todas as etapas de sua produção. No ano de 2018, esse sistema completa 100 anos de existência (!).

Mas é no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 que o processo de modernização implicou alterações na estrutura agrária. A implantação dos CAIs possibilitou a expansão do cultivo de fumo no pós-década de 80 impondo nova lógica aos processos produtivos e por consequência intensificando as relações de produção. O processo de implantação dos complexos agroindustriais e sua operacionalização via sistema integrado de produção é um reflexo dos processos de modernização que passaram a predominar no Brasil.

Essa expansão deu-se fundamentalmente pelo suporte fornecido e pelas relações estabelecidas a partir da existência e consolidação do sistema integrado de produção. É necessário ressaltar que “a integração, nascida da forma empresarial, busca seu desenvolvimento em regiões de forte presença do que hoje chamamos de agricultura familiar”. (ALVES et.al, 2005, p.153 apud DUTRA; HILSINGER, 2013, p. 21)

Alguns efeitos dessa expansão são exposto por Dutra e Hilsinger (2013) em:

A modernização no campo, ao articular os interesses do capital, permitiu que houvesse disparidades entre setores, permitindo e ampliando as desigualdades que já imperavam no meio rural. Dentro dos padrões de modernização do campo alguns setores inserem-se em uma lógica capitalista e a agricultura familiar em parte adere ao processo, especialmente aqueles produtores que têm ligação com os complexos agroindustriais. (DUTRA, HILSINGER, 2013, p 23)

A inserção da agricultura familiar na lógica capitalista é um processo lento que perpassa por diferentes etapas, entretanto é após a década de 80 que ela é consolidada, período em que a estrutura familiar de produção passa a ser utilizada como elemento chave, visando dar vazão às necessidades do processo de modernização no campo.

Um belo exemplo desse desfecho da integração do pequeno produtor à lógica da fumicultura é exemplificado na conversa com o Agricultor 1, que contou como começou com o cultivo do fumo:

Um vizinho meu, ali de baixo, um dia chamou “nóis” tudo pra trabalhar na terra dele, isso era início dos anos 80, que ele tava com um “mato” diferente, grande, cheiro forte... Nós não sabia direito o que era, mas fomos. Naquela época era assim, você ajudava o vizinho na terra dele, depois ele vinha e te ajudava na sua... mas aí nós colhemos tudo esse “mato”, lembro bem... foram 25mil pés. Não deu muito tempo o vizinho tava fazendo casa nova, plantando mais desse “mato” ... Aí resolvi plantar também, ué... e tudo que tenho e deixo pros meus filhos foi por causa do fumo. (informação verbal)<sup>11</sup>

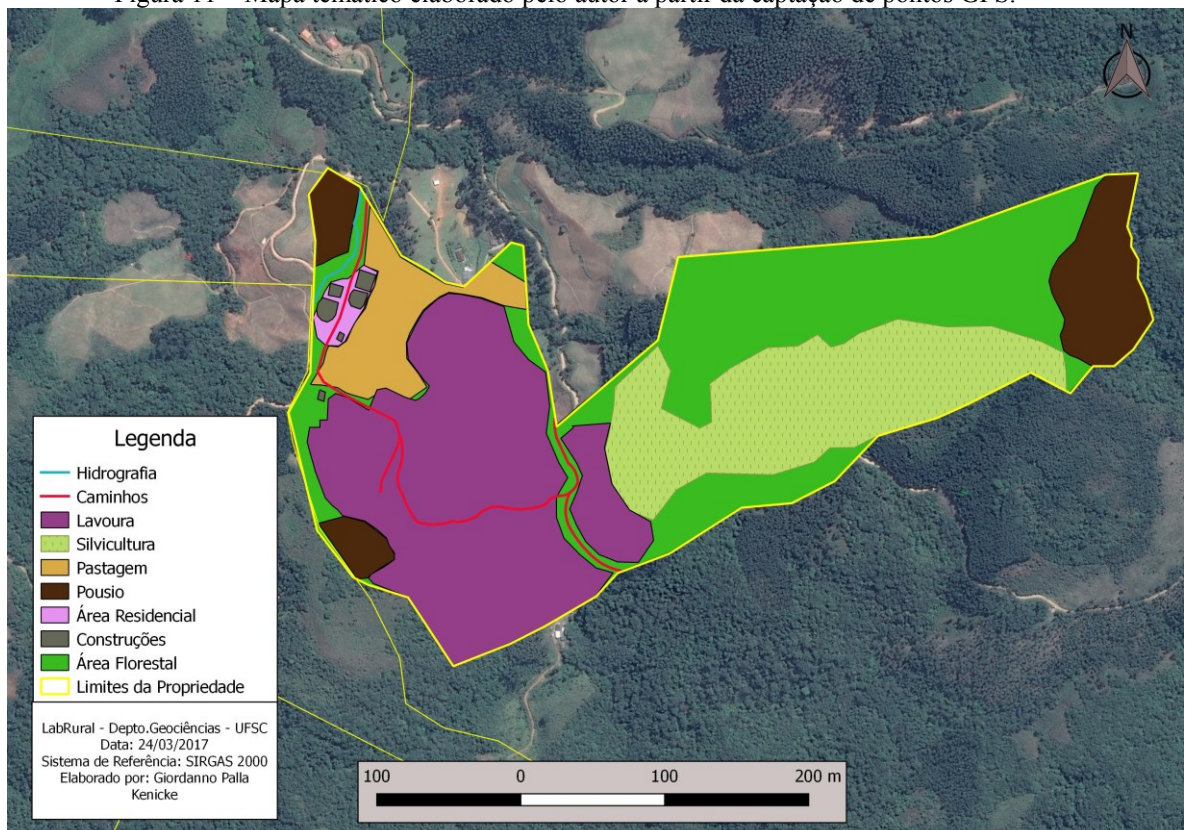
---

<sup>11</sup> Informação fornecida em entrevista com Agricultor 1, em novembro de 2017.

O mesmo agricultor apontou que assim que decidiu ingressar na fumicultura, um técnico se dirigiu à sua propriedade em pouco tempo, portando materiais para elaborar um *croqui*<sup>12</sup> e efetuar cálculos para uma projeção de produção na sua propriedade, e no mesmo ano já estava dentro do SIPT.

Na imagem abaixo (Figura 11), no Alto Vale do Rio Tijucas, é exemplificado o perfil de uma propriedade fumicultora de agricultura familiar, onde foi realizado o trabalho de mapeamento com auxílio de pontos GPS nas extremas das propriedades. Basicamente, a propriedade inteira é voltada para a monocultura do fumo, uma vez que a “Lavoura” e a “Silvicultura” configuram grande parte da área de uso legal, e a ‘Área Florestal’ é protegida por lei (Lei nº 12.651). Destaque para a grande área de “Silvicultura”, uma necessidade que os agricultores têm para usar a madeira para a secagem das folhas de tabaco em estufa, logo após a colheita.

Figura 11 – Mapa temático elaborado pelo autor a partir da captação de pontos GPS.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O SIPT é uma estratégia muito bem elaborada e benéfica, pelo menos na teoria, para “ambos” – indústria e agricultor – porém, é visível que os altos índices de lucros são da

<sup>12</sup> Esboço à mão de pintura, desenho, planta, projeto arquitetônico ou mapa.

indústria, obtidos através da exploração do trabalho do agricultor, que dentro o dito sistema, é o que menos obtém um lucro substancial. A certeza é que “a integração com os agricultores garante produção de qualidade e com baixos custos, pois a empresa não precisa comprar terras, ampliar contratação da mão-de-obra, nem se preocupar com questões trabalhistas” (ALVES et.al, 2005, p .145 apud DUTRA; HILSINGER, 2013, p. 26).

A relação ‘produtor e indústria’ inicia quando o técnico autorizado percorre as propriedades e entrega os contratos de compra e venda, que consta: possibilidade de financiamento, agroquímicos, sementes e custeio do transporte de produção ao final da colheita.

O financiamento da produção é avaliado pela empresa que firma o contrato com o agricultor. As empresas assumem o compromisso de compra total da safra, baseado no preço estabelecido pela negociação entre representantes dos fumicultores e a indústria, onde em sua grande maioria, a indústria acaba por estipular o valor final.

Segundo relatos dos próprios agricultores, o momento da classificação é tenso, pois o preço do tabaco é definido pela indústria, que se baseia em exigências externas dos compradores e o momento do mercado (dólar, câmbio, estoque, demanda). Essa classificação causa conflito pois os agricultores também classificam sua safra, em sua propriedade, e quando chegam à indústria enfrentam uma nova classificação. O contrato, que em primeira análise parece de total benefício ao contratado, estipula área plantada, expectativa de produção, quantidade de agrotóxicos por hectare, porém não revela o preço da venda.

As dinâmicas do SIPT são complexas, partindo do produtor até o consumidor final (o fumante) há vários serviços intermediários (bancos, serviços técnicos especializados, diaristas etc.), que se ligam com a rede de empresas que fornecem os insumos (adubos, sementes, equipamentos, agrotóxicos, entre outros produtos.). O sistema tem influência em vários setores da atividade econômica, gerando empregos no campo e no meio urbano, no setor secundário (indústrias) e setor terciário com centros de distribuição e o comércio varejista.

Obviamente, com a repercussão internacional sobre os malefícios do uso de agrotóxicos nos agricultores e consumidores e também à própria terra, as indústrias, em seus contratos, pontuam sobre o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) e questões ambientais, além é claro da pressão dos importadores

Todavia, em geral, os agricultores relatam não fazer uso dos equipamentos, ora pelo preço dos mesmos (a indústria/contrato não disponibilizam os mesmos, apenas orientam o seu uso, e o vendem), ora pela não praticidade dos equipamentos, já que ele é indicado principalmente na época de colheita, que coincidentemente acontece no ápice do verão,



superaquecendo os trabalhadores e, conseqüentemente, diminuindo a capacidade de horas de trabalho e sua produtividade.

A seguir (foto 12) é exposto como é, em sua grande maioria, o armazenamento de agrotóxicos: ao ar livre.

Fotografia 12 – Agrotóxicos armazenados ao ar livre.



Fonte: Foto do autor, novembro 2017.

A aplicação de agrotóxicos na lavoura de tabaco é essencial para que ela consiga alcançar os níveis de qualidade exigidos pela indústria à fim de que se obtenha uma boa classificação na hora da venda.

Na foto 13, vemos alguns exemplos de agrotóxicos usados na monocultura do tabaco:

Fotografia 13 – Agrotóxicos armazenados ao ar livre.



Fonte: Foto do autor, novembro 2017.

Em sua maioria, quando não é de produção orgânica, os alimentos no Brasil são pulverizados com esses agrotóxicos, mas no caso do fumo e a sua especificidade de utilizar pequenas famílias de agricultores. É comum encontrar agricultores aplicando os agroquímicos sem nenhuma proteção não só na área de estudo, mas em qualquer lavoura de tabaco.

O SIPT vai muito além de um simples contrato, pois da mesma maneira que viabiliza a inserção dos agricultores no mercado, também exige que os mesmos se adequem às normas e demandas da indústria, fazendo com que os costumes, tradições e hábitos sejam alterados e redirecionados por um viés capitalista, em que o agricultor acaba encontrando nessa “segurança”, aqui chamada de “vício”, uma maneira de obter certo lucro em sua propriedade, assunto que trataremos em breve.

Entretanto, é percorrendo propriedades e conversando com agricultores que torna-se possível entender um pouco mais sobre o Sistema por completo. Conforme conta o Agricultor 1, o técnico da Souza Cruz é “pessoa boa viu, já faz muitos anos que ele vem aqui, conhece a família toda, aliás, conhece todo mundo aqui... olha vou te dizer, dá gosto de conversar com o ‘homi’”.

Relatos como esse nos mostram o quão articulada é a relação entre indústria e agricultor, sendo o orientador/instrutor técnico o elo entre eles, numa espécie de relação social concreta, caracterizada pela confiança. Os instrutores retratam-se, então, como os principais atores na manutenção do SIPT, já que eles fazem a manutenção e enriquecem o relacionamento próximo entre o instrutor (indústria) e a família produtora de tabaco.

Ainda sobre a ação dos técnicos/instrutores da indústria, a autonomia dada a eles reflete em uma situação muito encontrada em diversas propriedades, conforme:

Em muitos casos os técnicos da empresa passam a ser os administradores da propriedade, pois, além da assistência em relação à produção integrada, sugerem determinados tipos de cultivos que estejam de acordo com as exigências e interesses da empresa. Nesse sentido, o agricultor integrado, além de perder sua autonomia em relação à produção, perde a capacidade de decisão e gestão da propriedade (ALVES et.al, 2005, p .148 apud DUTRA; HILSINGER, 2013, p. 30)

As consequências dessa relação estão nos problemas socioeconômicos como a dependência e a atuação limitada dos produtores frente às empresas fumageiras, representadas pelas elevadas dívidas que os produtores contraem no decorrer das safras para poder produzir com a qualidade requisitada pelo mercado.

É sempre bom ressaltar que a compra da safra é garantida pela indústria, porém o tabaco só é classificado quanto à qualidade na hora da venda, ou seja, a apreensão toma conta dos agricultores durante todo o cultivo, impossibilitando-os de conseguir realizar um planejamento exato.

### 3.2 CONSEQUÊNCIAS SOBRE O USO DOS RECURSOS NATURAIS

No livro “Atrás da Cortina de Fumaça”, Boeira (2002) aponta qual era o padrão dos fumos cultivados até o início do século XX em Santa Catarina e também na América Latina:

Baseava-se num tipo de tabaco escuro, empregado para fabricar charutos, palheiros, rapé e tabaco de mascar, normalmente utilizados pelos próprios agricultores, ou com pouca venda e com a popularização dos cigarros industrializados e a tática ofensiva do setor, houve uma significativa mudança no tipo de plantio, complementa: usam fumos claros e secos em estufas, sobretudo o *Virgínia* e, em menor escala, o *Amarelinho*. (BOEIRA, 2002, p. 64)

Tal alteração contribuiu em grande parte para que o eixo produtivo do tabaco no Brasil mudasse do Nordeste para a região Sul do país, na forma do sistema integrado de produção, altamente intensivo em capital e uso de recursos naturais.

Em entrevista realizada em campo o Agricultor 2 enfatiza também a mudança do plantio do tabaco e a cobrança das indústrias sobre o pequeno agricultor:

Antigamente tinha muito aquele fumo mais escuro, fumo de corda né? Depois de um tempo, as empresas não queriam mais comprar esse fumo escuro, disseram que só comprariam o Virgínia, porquê era o que a indústria precisava... foi na mesma época que começamos a usar mais remédio (agrotóxico) nas lavoura... porquê mesmo com



contrato, eles só classificam bem o fumo se tiver bonito, clarinho... se não o preço vai lá embaixo... (informação verbal)<sup>13</sup>

Outros dados pertinentes são quanto ao gasto necessário para uma produção, em especial o gasto com as lenhas para a estufa: cerca de 20-40% do montante final é usado para a secagem das folhas, que significa que além de plantar o fumo, devem também dedicar uma grande área da propriedade para o plantio de espécies madeireiras como é o caso do Eucalipto, lenha mais usada nas estufas.

Questionado sobre o gasto com as lenhas, o Agricultor 2 continua sobre sua perspectiva: “O custo é alto... pois em média, 100 metros de lenha são R\$ 3.000. Se não plantar, você tem que comprar. O tempo para a poda de uma árvore leve cerca de 7, 8 anos. E cada árvore em ótimo estado, com lenhas grossas, valem R\$ 300-400.”

Nas fotos a seguir (14 e 15) vemos uma imagem muito comum na monocultura do tabaco, o acúmulo de lenha que são usadas para a secagem das folhas, logo após a colheita.

Fotografia 14 – Lenha utilizada para estufa.



Fonte: Foto do autor, novembro 2017.

---

<sup>13</sup> Informação fornecida em entrevista com Agricultor 2, em novembro de 2017.

Fotografia 15 – Lenha utilizada para estufa.



Fonte: Foto do autor, novembro 2007.

O plantio incessante com o uso abusivo de agrotóxicos e o manuseio incorreto do tabaco certamente traria resultados inesperados, pelo menos, para os agricultores. É o caso da doença conhecida como “a doença da folha verde do tabaco” (DFVT<sup>14</sup>), ou ainda segundo os próprios agricultores “o porre do fumo”, conclui o Agricultor 2:

Nós temos contato direto, e se a nicotina existe, nós ficamos com ela na mão né... quem leva um “porre” facilmente repete nos dias mais abafados, mormaço... aí a absorção é maior e ocorre com frequência na colheita, que são os dias mais quentes e úmidos de verão. (informação verbal)<sup>15</sup>

O mesmo agricultor relata que já tentou utilizar o EPI com frequência, porém não conseguiu trabalhar nem um dia com todo o equipamento, pois além do calor excessivo, a sensação de abafamento e o alto preço desanimam o uso, e ainda, segundo ele: “é aquela coisa né... eu nunca tive o porre do fumo, então nem me preocupo muito não... faz muitos anos que lido com fumo, então acho que ele (o ‘porre’) não me pega mais não.”

Dionísio (2016), em sua dissertação de mestrado, teve a oportunidade de fazer entrevistas com fumicultores da região e obteve importantes depoimentos acerca da

---

<sup>14</sup> Intoxicação causada pela absorção da nicotina quando a pele entre em contato com a folha úmida do tabaco.

<sup>15</sup> Informação fornecida em entrevista com Agricultor 2, em novembro de 2017.



problemática do uso de agrotóxicos e do manuseio no cultivo do tabaco, e um dos entrevistados dá detalhes de como é o efeito do veneno:

Aí carrega o fumo debaixo do braço assim pra ficar o molhe<sup>16</sup> pra carregar. O carregador pega, coloca os fumo debaixo do braço e fica o molhe. Aí dá aquele vapor do calor do fumo, chega no rosto da gente, chega até a dar ferida nos beijo daquele bafo do fumo. De certo é por causa dos venenos, o Gramoxone que dá isso assim, que queima os beijo, dá ferida nos beijo. [...] Diz que não é tóxico, só atinge onde é pegado, mas já foi comprovado que é disso que racha o beijo... (DIONÍSIO, 2016, p.142)

Alguns agrotóxicos facilitam certas atividades braçais rotineiras e por isso rapidamente ficaram conhecidos e populares entre os agricultores, como por exemplo não ter mais a necessidade de capinar os brotos que nasciam nos pés de tabaco (o nascimento e permanência de brotos diminui a produtividade), o veneno fazia esse “trabalho”, poupando tempo e esforços dos agricultores.

Recusar o uso do EPI, associar a intoxicação aos venenos ou a condições climáticas da colheita do fumo e até mesmo recorrer à medicação para diminuir o enjoo são algumas das estratégias defensivas que os fumicultores acionam para prosseguir numa atividade cujos riscos à saúde são inerentes.

Um relato comum entre os agricultores é que todos sabem os malefícios dos agrotóxicos, mas primeiramente têm de cumprir com o combinado em contrato, se querem receber a quantia estimada, já que a classificação, e a consequente avaliação da colheita só acontece na hora da entrega, no que todos eles chamam de “esteira” – no caso, a da indústria fumageira.

Ainda nas entrevistas de Dionísio, uma agricultora dá mais detalhes sobre a fumicultura: “Porque o fumo é uma coisa que, se não quer perder, tem que ir debaixo de chuva ou sol, tem que ir... É assim. Se tá maduro, tem que colher, se tá tempo ruim, dois, três dias, se foi tudo. O fumo, se atrasou uma estufada, atrasa toda a vida”. (DIONÍSIO, 2016, p.182)

De acordo com uma pesquisa realizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), elaborada por Berezanski (2015, p.26) em 2015, apenas 46,2% leram o contrato de produção e venda do tabaco, contra 53,8% que não leram nada do contrato. Esse dado é alarmante e demanda atenção por parte dos poderes públicos para com auxílio às famílias produtoras, pois a leitura e a compreensão do contrato

---

<sup>16</sup> Agrupamento das folhas de fumos em maços amarrados com as próprias folhas.

são benéficas ao produtor, que será amparado por seus direitos e saberá como agir em caso de não cumprimento do contrato.

## 4 O DESAFIO DA BUSCA DE ALTERNATIVAS

### 4.1 A CONVENÇÃO QUADRO E O COMBATE AO TABAGISMO

Este tratado considera o tabagismo uma epidemia mundial e até 2012 já havia sido ratificado em 172 países, dentre eles o Brasil. As medidas centrais tomadas têm dois enfoques: reduzir a demanda e reduzir a oferta. Dos 38 artigos que compõem a Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco (CQCT), dois deles têm orientações de procedimentos direcionados diretamente aos cultivadores.

Com o intuito de incentivar os fumicultores à mudança do manejo de sua propriedade, substituindo o tabaco por outros cultivos, ações de diversas esferas governamentais são propostas, e também orientações sobre os cuidados com o meio ambiente e a saúde dos agricultores, respectivamente:

No artigo 17, é recomendado que organizações intergovernamentais, internacionais e regionais, em cooperação, promovam alternativas economicamente viáveis para a substituição do cultivo. No artigo 18, as orientações dizem respeito à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas envolvidas com o cultivo e a fabricação de produtos do tabaco em seus respectivos territórios. (OMS, 2011 apud RIQUINHO; HENNINGTON, 2014, p.184)

O quadro abaixo mostra a evolução da produção de tabaco entre 1990 e 2015, em que Santa Catarina ocupa o 2º lugar.

Quadro 16 –Fumo, produtos das lavouras temporárias.

<b>FUMO</b>								
<b>Produto das lavouras temporárias, quantidade produzida (Toneladas)</b>								
<b>BRASIL E UF</b>	<b>ANO</b>							
	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
<b>Brasil</b>	455986	579727	889426	908679	863079	951933	850673	867355
<b>Rio Grande do Sul</b>	223159	294873	430347	474668	443813	499455	430905	414932
<b>Santa Catarina</b>	135732	188327	280045	249015	247758	261776	244513	255952
<b>Paraná</b>	52638	64554	152371	156644	151625	171837	160293	179547
<b>Alagoas</b>	23120	15876	11206	13022	11255	11673	10699	12397
<b>Bahia</b>	11970	8419	10987	10722	4581	3971	3167	3716
<b>Sergipe</b>	5486	5364	2775	2731	2318	1710	619	467
<b>Paraíba</b>	925	246	225	400	395	367	76	-
<b>Rio Grande do Norte</b>	63	115	247	216	215	115	10	-

Fonte: Produção do autor segundo dados do IBGE – PAM. Acesso em: dezembro de 2017

Todavia, nem sempre as diretrizes da CQCT conseguem surtir efeito em todos os fumicultores, pois fatores como educação (oriundos das políticas públicas) são uma grande determinante para se ter sucesso no novo manejo de sua propriedade, como exemplificado:

“Em relação a alternativas ao cultivo do fumo, estudos realizados nos Estados Unidos evidenciaram que, dentre os agricultores que obtinham êxito na prática de diversificação agrícola ao tabaco, encontravam-se aqueles com níveis educacionais mais elevados.” (BEACH; JONES; TOOZE, 2008; PUSHKARSKAYA; MARSHALL, 2010 apud RIQUINHO; HENNINGTON, 2014, p.185).

Além dos fatores citados pelo estudo, a organização social para que consigam sair do individualismo imposto pelo SIPT é claramente uma necessidade, contribuindo para uma evolução em conjunto entre os agricultores e suas experiências.

O que acontece no caso da área de estudo, e no geral no Brasil, é que os agricultores são na grande maioria pessoas muito simples e que, por vários motivos, não tiveram condições de ter um bom nível educacional, o que dificulta a busca por outras práticas agrícolas, além de dificultar o entendimento sobre o contrato de compra e venda assinado por eles. Em conversa com o Agricultor 2, ele nos conta como interpretou o contrato:

O que entendi é que eles vão comprar tudo que eu colher, coisa que outros lugares num faz, eu já tentei plantar legumes, verduras... mas aí chegava lá (no CEASA<sup>17</sup>) pra vender e queriam mixaria, ou nem queriam comprar. Pra piorar teve chuva de granizo e perdi quase tudo. Acabei tendo prejuízo e dos grandes. Aí prometi pra mim mesmo que iria voltar pro fumo, porque o dinheiro era certo. (informação verbal)<sup>18</sup>

Quando deixa de ser incentivado por propagandas, apelos midiáticos e sociais, o hábito de fumar tende a perder força entre as pessoas, e em alguns casos isso também ocorre com o plantio do tabaco quando este perde incentivo das indústrias. Sumariamente, “observou-se, também, que a intenção em aderir ao programa de diversificação aumentou à medida que os incentivos ao cultivo ao tabaco diminuíram” (BEACH; JONES; TOOZE, 2008 apud RIQUINHO; HENNINGTON, 2014, p.185)

---

<sup>17</sup> Centrais de Abastecimento.

<sup>18</sup> Informação fornecida em entrevista com Agricultor 2, em novembro de 2017.

## 4.2 DIVERSIFICAÇÃO PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR

Trabalhar na perspectiva da diversificação em propriedades fomicultoras requer ações para além das que estão diretamente vinculadas às questões agrícolas, demandando conexões entre vários setores da sociedade, como: Saúde, Educação, Meio Ambiente, Organização Social, Cultura, Lazer, Segurança Alimentar e tecnologias apropriadas.

Com base nos resultados obtidos nos estudos nos Estados Unidos apresentados acima por (Riquinho; Hennington, 2014), vemos como a Educação é fundamental para uma mudança efetiva entre os agricultores, tanto a Educação formal, por meio dos bancos escolares, quanto à informal, na convivência com o coletivo (com base na organização social), são estratégias de apoio aos agricultores na adaptação à proposta de diversificação. Tais ações reforçam a necessidade de sair do individualismo proposto pelo SIPT.

Apesar de o cultivo do tabaco, em algumas regiões, fazer parte da cultura e das relações familiares, há um panorama nacional e mundial de contração no mercado consumidor, especialmente após as medidas da CQCT, a qual tem influenciado o setor produtivo.

Conhecer a realidade local é uma maneira eficaz de entender os desafios e as potencialidades das propostas de diversificação no microespaço de uma localidade rural com suas características, assimetrias e desigualdades. É necessário que se avalie cada localidade, pois muitas variantes atuam nas mais diversas propriedades, e só assim é possível propor a diversificação de cultivo.

Fotografia 17 – CEPAGRO – Feira Agroecológica



Fonte: CEPAGRO. Acesso em: setembro de 2017

À contramão do uso de agrotóxicos – não só na fomicultura – mas também nos alimentos em geral, algumas alternativas vem se destacando na promoção de maneiras não convencionais de cultivo. Nesse sentido, o CEPAGRO vem fazendo um trabalho de auxílio e informação para os agricultores interessados em outras formas de se cultivar a terra.

A agroecologia, que tem em seu nome o seu significado – estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica – é a principal maneira não convencional de cultivo, integrando o agricultor e a terra como um só, trazendo a consciência que o que é bom para a terra, é bom para o ser humano.

Em alguns casos, a transição agroecológica se fez possível graças ao apoio e suporte técnico de profissionais capacitados em auxiliar a transição de forma saudável, sem comprometer a renda dos agricultores, indicando as melhores opções viáveis a partir do estudo da terra e suas especificidades.

Com a ratificação da CQCT pelo Senado Federal em outubro de 2005, após muitos debates e a forte mobilização de importantes entidades representativas da sociedade civil e da agricultura familiar, foi anunciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a criação do Programa Nacional de Diversificação em Área Cultivadas com Tabaco.

Baseado em parcerias do MDA com organizações governamentais e não governamentais e empresas de assistência técnica e extensão rural, “o Programa busca fomentar processos produtivos que representem uma alternativa à fumicultura, pautados por princípios de desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e redução do uso de agrotóxicos.” CEPAGRO (2013, p.18)

Em termos gerais, o Programa de apoio à diversificação propõe quatro eixos estratégicos; o financiamento, a pesquisa, a assistência técnica (que em Santa Catarina conta com o apoio do CEPAGRO) e o fortalecimento do mercado dos produtos alternativos ao fumo.

Infelizmente, a preocupação com o meio ambiente e com as pessoas que nele trabalham também despertaram nos oportunistas uma maneira de ludibriar o povo, com o intuito de apropriar da preocupação despertada no senso comum. Camargo (2007) traz o conceito de Capitalismo Verde, criticando muitas ações capitalistas maquiadas de “ecológicas”:

O capitalismo verde seria a apropriação do alarde ambiental promulgado por pesquisadores e políticos ainda em meados do século XX para que a solução fosse a adaptação do modo de produção capitalista, mantendo a racionalidade econômica, porém com uma maquiada preocupação ambiental. (CAMARGO, 2007, p.160)

Pautando a ideia de que muitas vezes, a busca por essa dita “maneira não convencional” de cultivo é intencionada por capitalistas que enxergam unicamente o lucro nesse novo mercado consumidor (produtos orgânicos, naturais). Outra situação que acontece e que por muitas vezes acaba enfraquecendo, infelizmente, a agroecologia, ainda segundo

ALMEIDA(2002) apud CAMARGO (2007, p.178) é “a sua vinculação ao campo político-ideológico e também à grupos políticos específicos, sendo parcial em alguns momentos, fragilizando sua constituição como “movimento agroecológico.” Mas logo retrata que “No entanto, a diversidade existente é justamente reflexo de posicionamentos político-ideológico distintos, e que acabam por direcionar a escolha metodológica e o objeto das ações seja por agricultores, pesquisadores ou grupos organizados” (CAMARGO, 2007, p.178)

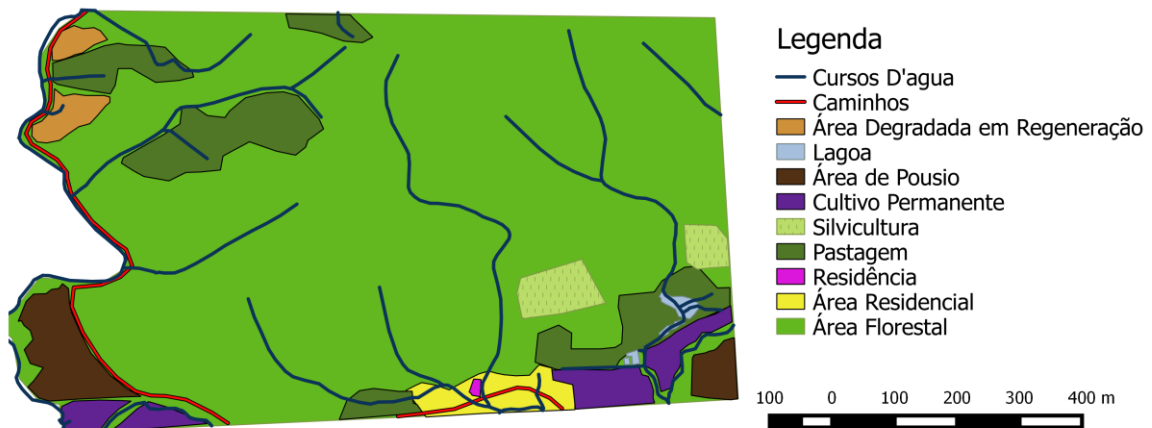
Seguindo essa linha a autora aponta: “vã tentativa de recauchutagem do modelo da Revolução Verde, sem qualquer propósito ou intenção de alterar fundamentalmente as frágeis bases que até agora lhe deram sustentação”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 08 apud CAMARGO, 2007, p.160)

E Sobre a agroecologia, Camargo (2007) discorre:

Diferenciando-se das chamadas agriculturas alternativas, a agroecologia é compreendida através de aspectos diferentes dos padrões vigentes. Assim, sua perspectiva considera o policultivo, o manejo em áreas menos aptas, a maior intensificação possível do trabalho e a menor de capital. A principal característica da agroecologia seja, talvez, que as orientações e decisões são dadas a partir da cultura e do agroecossistema local, mesmo quando imersa no sistema capitalista de produção e pressionada pelo mercado capitalista. (CAMARGO, 2007, p.161)

Na contramão dos capitalistas oportunistas da conscientização do povo, a imagem abaixo retrata uma propriedade no Alto Vale do Rio Tijuca que conseguiu realizar a transição agroecológica de forma eficaz, à época (2015) focando na produção de uvas, sucos e vinhos.

Figura 18 – Mapa de propriedade em que houve a transição agroecológica.



Fonte: Produção do autor, conforme dados extraídos em 2015.



Outra importante iniciativa do CEPAGRO, que atua desde 2006 no âmbito do Programa de diversificação, foi a produção de leite a base de pasto agroecológico, com parceria com o Grupo de Pastoreiro Voisin (GPVoisin), núcleo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que trabalha com essa metodologia de manejo ecológico de pastagens. Esse sistema tem múltiplos benefícios, explicam:

No sistema Voisin, a área de pastagem é dividida em parcelas, chamadas piquetes. A cada dia o gado vai ocupando diferentes piquetes, possibilitando um período de descanso para o solo e a vegetação e garantindo forragem sempre fresca para os animais. Além de melhorar a qualidade da alimentação, a rotação de piquetes também contribui para diminuir a contaminação por parasitas como carrapatos e moscas. Os benefícios da adoção deste sistema vão desde o aumento da produção de leite à maior conservação do pasto, passando pela redução dos custos produtivos, pois diminuem os gastos com medicação veterinária, por exemplo. (CEPAGRO, 2013, p.18)

É importante ressaltar que a transição total da propriedade para um viés agroecológico depende de muitas variantes, como: capital para investimento, incentivos para que os filhos de agricultores possam estudar e se informar (e querer permanecer na propriedade), fortalecimento do mercados locais e produtos artesanais, relevo, disponibilidade de cursos d'água, possibilidade de escoamento de produção, disposição para a mudança dos hábitos, e acima de tudo, a reforma agrária.

Considerando essas variantes, atrelamos ao Estado um papel fundamental para que haja êxito na transição agroecológica, sendo que somente contar com as associações que desempenham esse esforço não é o suficiente para alcançar por completo essa mudança na vida das famílias. É notório que nos dias de hoje não há incentivo considerável por parte do Estado para que se mude o tipo de plantio, ao contrário do que foi feito nos anos 70 e 80 com a indústria da fumicultura em expansão, ofertando crédito necessário para custear as lavouras e investimento em infraestrutura a um nível de qualidade internacional.

Infelizmente, essas práticas alternativas quase não viabilizam, em grande maioria, uma continuação do trabalho dos agricultores com a mesma porcentagem de lucro do que com o uso de agrotóxicos, pelo fato de que o mercado ainda é limitado e as práticas pouco divulgadas em escala. Para isso, no Brasil, tem se destacado as funções dos Mercados Institucionais<sup>19</sup>, que tem sido referência nessa questão.

---

<sup>19</sup> Oportunidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Geram renda aos produtores e promovem a segurança alimentar dos brasileiros por meio dos programas de Alimentação Escolar (Pnae) e o de Aquisição de Alimentos (PAA).

Um dos agravantes dessa situação é a falta de assistência técnica agroecológica, explicando de maneira simples e didática para o agricultor que é possível sim a transição sem perdas de lucro bruto, utilizando-se das particularidades de sua própria propriedade para que possa planejar um novo futuro para sua terra, fazendo-o compreender que menos (agroquímico) é mais qualidade de vida, de quem planta e de quem consome.

O mercado para produtos orgânicos, livres de agrotóxicos, é formado pela classe média e alta, que preocupados com a sua dieta alimentar, conseguem adquirir tais produtos. Já a grande parte da população, de baixa renda, não tem esse direito de escolha, uma vez que os alimentos com agrotóxicos são muito mais baratos e de fácil acesso. Isso pode mudar? Sim. Talvez com o apoio total de produção nacional para que isso aconteça, ou seja, teríamos que reformular toda uma cadeia de redes interligadas de logísticas, mercados, feiras e até o próprio setor de produção de agrotóxicos teria que ser, aos poucos, desligado, efetuando uma transição total para produtos ecológicos, barateando o acesso para toda a população.

Enquanto as políticas do Estado continuarem incentivando, em maior escala, o modelo atual de agronegócio – voltado para a exportação, em que se dá mais valor à quantidade e não à qualidade dos produtos consumidos pela população - esse cenário tende a continuar estagnado, infelizmente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade, nas últimas décadas, e com os múltiplas pesquisas científicas publicadas, está se conscientizando que o hábito de fumar é extremamente nocivo à saúde, seja de quem planta, de quem fuma, ou de quem convive com fumantes. De certa maneira, isso vem influenciado para a diminuição dos fumantes, e consecutivamente, da demanda por cigarros.

Uma atuação importante são as proibições de propagandas, patrocínios e promoções do cigarro. A divulgação em escala é fator preeminente para a promoção do hábito de fumar, em particular entre os jovens. Logo, a sua proibição se comprova uma medida eficaz no combate ao uso do produto, já que restrições parciais à propaganda acabam por não surtir efeito, considerando que a indústria do tabaco tende a explorar outros meios e táticas alternativas, ainda mais num mundo globalizado como hoje.

A proibição do ato de fumar em locais públicos também se mostrou como precursora da redução da procura por tabaco após a sua implantação. Essa medida geralmente é imposta para proteger os não fumantes dos danos causados pela inalação da fumaça, mas também cria um obstáculo para os fumantes, forçando-os a reverem seus hábitos a fim de que possam se manter no seu vínculo social, além da influência que exercem sobre as percepções da aceitabilidade social do tabagismo, acabando dissuadir os iniciantes. Dessa forma isso pode ajudar a criar empecilhos para o fumante e também a estigmatizar a prática, proporcionando mudanças nas normas sociais.

Todavia, como o hábito de fumar cigarros é uma prática legalizada, a tendência é que demore muitas décadas para que o mundo pare de demandar cigarros. Isso deve acontecer somente quando a nova geração, que – supostamente - terá mais consciência (e também mais resultados de pesquisas/estatísticas que comprovem a alta taxa de mortalidade e seus malefícios) abandone de fato esse hábito. Enfatizamos aqui, também, a necessidade de políticas públicas para que incentivem cada vez mais o atual fumante a parar de fumar, pois além dos malefícios a si próprio, o tratamento para as doenças oriundas do tabagismo sufoca o sistema público de saúde com seus altíssimos custos para o Estado, sendo que quem paga essa conta são todos os cidadãos, inclusive os não fumantes.

Dados da AFUBRA de 2014 e IBGE de 2015, onde analisam a questão dos gastos públicos da saúde com o tabagismo, trazem a estimativa dos custos médios de tratamento do câncer de laringe, pulmão e esôfago, relacionados com o tabagismo, no período de 2003 a 2014, que resultou no valor R\$ 9.059.110.887,07. Tal quantia poderia ser direcionada para outras áreas do Sistema Único de Saúde, abrangendo uma maior necessidade comum da sociedade.

Mas no que toca à atual situação dos fumicultores no país, assim como no Alto Vale do Rio Tijucas, pesquisas da AFUBRA (2016) denotam que: “A política de alternativa ao fumicultor, juntamente com o efeito das políticas de redução de demanda, resultaram numa queda de 29% na quantidade de hectares plantados e 22% no número de famílias envolvidas com a cultura do tabaco.” Esses dados mostram um avanço significativo nesse cenário, e que com a intensificação da organização das ações antitabaco, o futuro é promissor.

Porém, devemos pensar no futuro desses fumicultores, caso a demanda continue a abaixar, pois além de agricultores ligados ao SIPT, são famílias que merecem um futuro digno. Nesse intuito, a médio prazo a diminuição da fumicultura deve estar ligada à maior disseminação de alternativas produtivas que tenham rentabilidade igual ou superior à produção de tabaco, fornecendo os mesmos (ou melhores) benefícios encontrados nas indústrias fumageiras.

A fumicultura, por ser um cultivo com base em contrato firmado entre agricultor e indústria, dá uma certa segurança às famílias, que acabam por ficar estagnadas na situação de meros gerentes da sua propriedade, já que a indústria é que a administra. Essa estratégia do SIPT deixa os agricultores individualizados, impossibilitando seu contato com outras iniciativas produtivas, impedindo que se troque experiências e vivências com outros agricultores e até ex-fumicultores, levando-o a acreditar que não existem outras alternativas tão rentáveis quanto o fumo.

Porém, o CEPAGRO (2013) reforça que:

É exatamente através da participação em atividades integradoras como intercâmbios, encontros técnico-formativos e oficinas que os agricultores conseguem perceber alternativas para além não só da fumicultura, mas da própria produção convencional de alimentos. Organizados em grupos articulados em rede, os agricultores conseguem ter o suporte que substitui a pretensa segurança do sistema integrado das fumageiras.

Toda a problemática e o debate apresentado nesse estudo inflama a necessidade de mudança. Cabe à nós enquanto sociedade efetuarmos a cobrança ao Estado para que haja alterações benéficas nas leis e na organização da agricultura e do espaço rural brasileiro, a fim de que possamos ter um futuro com menos agroquímicos e mais qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO Histórico José Ferreira da Silva. Disponível em: <<http://arquivodeblumenau.com.br/>>. Acesso em: 19 out. 2017.

BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. **Poloneses em Santa Catarina**. Editora da UFSC, co-edição Editora Lunardelli. 1983. 143 p.

BEREZANSKI, Irineu. **PESQUISA COM PRODUTORES DE TABACO SANTA CATARINA –: SAFRA 2014/15**. São José: Fetaesc, 2015. Disponível em: <[http://www.fetaesc.org.br/wp-content/uploads/2015/08/cartilha\\_pesquisa-tabaco-2015-fetaesc.pdf](http://www.fetaesc.org.br/wp-content/uploads/2015/08/cartilha_pesquisa-tabaco-2015-fetaesc.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2017.

BOEIRA, Sérgio Luis. **ATRÁS DA CORTINA DE FUMAÇA - TABACO, TABAGISMO E MEIO AMBIENTE: ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA E DILEMAS DA CRÍTICA**. Tese de doutorado. UFSC, 2000. 445 pg.

BONATO, Amadeu; ZOTTI, Cleimary Fatima; ANGELIS, Thiago de. Tabaco: Da produção ao consumo. Uma cadeia de dependência. **Revista Tabaco**, Curitiba, v. 2010, n. 01, p.01-104, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/publicacoes/revistaTabaco-ElaboracaoDeser-ACT.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASÃO Imperial. Disponível em: <[http://www.circulomonarquico.com.br/brasao\\_2.php](http://www.circulomonarquico.com.br/brasao_2.php)>. Acesso em: 06 out. 2017.

BRASIL. Constituição (1986). Lei nº 7.488, de 1986. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7488.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7488.htm)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRASIL. (2000). Lei nº 10.167, de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7488.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7488.htm)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRASIL. (2012) Lei nº 12.651, de maio de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2017

CAMARGO, Paula. FUNDAMENTOS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: RACIONALIDADE ECOLÓGICA E CAMPESINATO. **Revista AGRÁRIA**, São Paulo, nº 7, pp. 156-181, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/133>>. Acesso em: 10 jan 2018.

CEPAGRO. **Diversificação Produtiva – Alternativa aos produtores de tabaco**. Vol. 4. Coleção saber na prática. Florianópolis, 2013.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965- 1985)**. São Paulo: Ícone, 1985.

DIONÍSIO, Ana Carolina. **Memórias de trabalho, veneno e fumaça: uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970 – 2000)** / Ana Carolina Dionísio; orientador, Prof. Dr. João Klug – Florianópolis, SC, 2016. 256p.

DUTRA, Éder Jardel; HILSINGER, Roni. A Cadeia produtiva do tabaco na região Sul do Brasil: aspectos quantitativos e qualitativos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [s. L.], v. 17, n. 03, p.17-33, set. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/viewFile/12490/pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf>> Acesso em: 10 out. 2017

INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Brasil lidera o ranking de agrotóxicos**. Disponível em: <[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/comunicacao/informacao/site/home/namidia/brasil\\_lidera\\_ranking\\_consumo\\_agrotoxicos](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/comunicacao/informacao/site/home/namidia/brasil_lidera_ranking_consumo_agrotoxicos)> Acesso em: 12 jan. 2018.

LOHN, Reinaldo. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). **Espaço Plural**, Ano IX, nº 18, 1º Semestre 2008, pp. 9-17. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1630/1319>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MARIMON, Maria Paula; ROCHA, Isa de Oliveira Machado. **Diagnóstico socioambiental do alto vale do Rio Tijucas (Santa Catarina): algumas proposições de planejamento**. Florianópolis: Editora da Udesc, 2011. 111 p. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/465/diagnostico\\_socio\\_final\\_13\\_jan\\_2012.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/465/diagnostico_socio_final_13_jan_2012.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

MESQUITA, L.A.P; MENDES, E.P.P. MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS. **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA**, São Paulo, 2009, pp. 1-17. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Mesquita\\_LAP.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Mesquita_LAP.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2017.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Como acessar os mercados institucionais**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias/como-acessar-os-mercados-institucionais>> Acesso em: 13 dez. 2017.

NODARI, Rubens Onofre. Risco à saúde dos seres vivos advindo dos agrotóxicos – ênfase nos herbicidas. In: ARAGÃO, Alexandra et al (orgs.). **Agrotóxicos: a nossa saúde e o meio ambiente em questão: aspectos técnicos, jurídicos e éticos**. Florianópolis: FUNJAB, 2012, p.117. (111-117). Disponível em: <[http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/23005/3736418\\_218117.pdf](http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/23005/3736418_218117.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élide Azevedo. Diversificação agrícola em localidade rural do Sul do Brasil: reflexões e alternativas de cumprimento da Convenção-Quadro para o controle do tabaco. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 183-207, Mar. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312014000100183&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000100183&lng=en&nrm=iso)>. access on 18 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000100011>. Acesso em: 20 dezembro de 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Conhecendo Santa Catarina**. Florianópolis, 2008. Disponível em: <[www.spg.sc.gov.br](http://www.spg.sc.gov.br)>. Acesso em dezembro 2017

SANTOS, Milton, 1926-2001 **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DORNELLES, Mizael. MERCADO MUNDIAL DE TABACO, CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL. NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UMA GEOGRAFIA DO TABACO. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.n. 338, p.1-11, 10 out. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-338.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

SOUZA CRUZ. Disponível em: <[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU\\_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DOAGFMLY](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DOAGFMLY)>. Acesso em: 12 out. 2017.

TEIXEIRA NETO, Antônio. REFLEXÕES ACERCA DE REGIÃO. **Observatório Geográfico de Goiás**, Goiânia, v. 01, n. 01, p.1-21, dez. 2002. Disponível em: <[https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/teixeira\\_netto\\_ant\\_nio\\_reflex\\_es\\_regi\\_o.pdf](https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/teixeira_netto_ant_nio_reflex_es_regi_o.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2017.